

COMÉRCIO EXTERIOR DEMAIS TERMINAIS CAPIXABAS JÁ CONSEGUIRAM OBEDECER ÀS REGRAS E JÁ FORAM INSPECIONADOS

Portos da Codesa não cumprem regras da lei antiterror

Pendência judicial está prejudicando a empresa, que tem até o dia 30 para resolver impasse

RITA BRIDI

rbridi@reddegazeta.com.br

A partir de 1º de julho a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos (Conportos) terá que informar à Organização Marítima Internacional (IMO) quais terminais portuários do país conseguiram cumprir as exigências para a garantia de segurança. Quem não se habilitar poderá ficar fora do mercado.

No Espírito Santo, os terminais gerenciados pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) ainda não cumpriram a programação estabelecida para a garantia da segurança. Os demais terminais conseguiram cumprir a programação estabelecida, informa o coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos), Álvaro Duboc Fajardo.

E o atraso da Codesa, no cumprimento do programa, pela primeira vez não é por falta de dinheiro. A demora, segundo o presidente da companhia Henrique Germano Zimmer, é por conta de decisão judicial. Faz mais de três meses que o processo tramita na Justiça.

Uma empresa que foi desclassificada na fase documental, ingressou com ação judicial, pedindo o cancelamento da licitação e obteve liminar favorável. A Codesa recorreu para manter o resultado da licitação e aguarda a resposta da Justiça.

A licitação foi para o serviço de instalação do sistema digital do circuito fechado de televisão no Cais de Vitória e de Capuaba. O serviço para a instalação das câmaras foi orçado em cerca de R\$ 2,5 milhões.

“Estamos correndo contra o tempo”, explica Zimmer. Ele disse que se até o início desta semana não sair a decisão judicial, a Codesa lançará mão do plano B, para que o plano de segurança seja executado no prazo previsto.

A expectativa de Zimmer é que a companhia consiga cumprir o plano até o próximo dia 30, quando termina o prazo para que a Cesportos faça a vistoria nas instalações portuárias para verificar se o plano foi

cumprido. “Não queremos que a atividade portuária seja prejudicada”, enfatiza.

O coordenador da Cesportos disse não ter recebido qualquer informação a respeito da prorrogação do prazo para o terminal que não conseguir se adequar às normas de segurança no prazo estabelecido. Fajardo acredita, entretanto, que o prazo não será prorrogado. A Cesportos, explicou, já inspecionou a quase totalidade dos terminais.

No Estado, apenas três terminais ainda não foram inspecionados. Dois da Codesa – um no Cais de Capuaba e um no Cais de Vitória – e o terminal da Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV). O CPVV, pelo fato de não ter operações de comércio exterior, nem precisaria se certificar, mas decidiu entrar no programa. A inspeção será feita na próxima semana. Na Codesa, ainda não há previsão.



OBRAS. O complexo portuário de Vitória realizou várias obras para se adequar às regras americanas, mas faltou a instalação de um sistema de monitoramento eletrônico. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

ENTENDA A QUESTÃO

- O Congresso americano aprovou em junho de 2002 a chamada Lei do Bioterrorismo. A legislação prevê que os países exportadores de produtos para os Estados Unidos passem por análises rigorosas antes de entrarem em território americano
- A iniciativa foi tomada depois dos atentados terroris-

quem entra e sai dos terminais portuários, a verificação de toda mercadoria que chega e que sai pelos portos

- Os principais objetivos são: estabelecer estrutura internacional; fomentar cooperação entre governos, administrações portuárias e de navegação; debater ameaças à proteção; tomar medi-

Bandes Credfor

Voltar Avançar Parar Atualizar Principal

http://www.credfor.bandes.com.br



BANDAS CREFDOR
Soluções de Crédito para Fornecedores

Em breve você vai conseguir capital de giro num clique.

Dia 6 de junho, o Bandes vai lançar o **Bandes Credfor** – Soluções de Crédito para Fornecedores. Um produto

SAIBA MAIS

Terminais no Espírito Santo que estão no programa de segurança dos portos

- Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Vitória
- Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV), Cais de Capuaba, Vila Velha
- Terminal de Ferro Gusa de Paul, Cais de Paul, Vila Velha, da CVRD
- Terminal de Granéis Líquidos (TGL), Tubarão, em Vitória, da CVRD
- Terminal de Minério de Ferro (TMF), Tubarão, em Vitória, da CVRD
- Terminal de Carvão de Praia Mole (TPM), Tubarão, em Vitória, da CVRD
- Terminal de Produtos Diversos (TPD), Tubarão, em Vitória, da CVRD
- Terminal Marítimo de Vila Velha (TVV), em Vila Velha, da CVRD
- Flexibras Tubos Flexíveis, em Vila Velha
- Hiper Export Terminais

■ O Congresso americano aprovou em junho de 2002 a chamada Lei do Bioterrorismo. A legislação prevê que os países exportadores de produtos para os Estados Unidos passem por análises rigorosas antes de entrarem em território americano

■ A iniciativa foi tomada depois dos atentados terroristas em Nova York, sofridos no dia 11 de setembro de 2001.

■ No caso dos alimentos, eles são controlados pela Food and Drug Administration (FDA), órgão norte-americano que fiscaliza a qualidade dos remédios. No caso dos portos, eles devem obedecer as imposições do programa ISPS Code, que refere-se ao aumento da segurança nos portos.

■ Entre as medidas impostas, está o controle rígido de

quem entra e sai dos terminais portuários, a verificação de toda mercadoria que chega e que sai pelos portos

■ Os principais objetivos são: estabelecer estrutura internacional; fomentar cooperação entre governos, administrações portuárias e de navegação; debater ameaças à proteção; tomar medidas preventivas contra atos ilícitos; proteger navios e instalações portuárias

■ Para se adequar às exigências do ISPS Code, cada terminal portuário elaborou seu programa de segurança, que foi aprovado pela Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos)

■ Os terminais que conseguiram implantar os programas foram inspecionados e certificados pela Cesportos

- Cais de Paul, Vila Velha, da CVRD
- Terminal de Granéis Líquidos (TGL), Tubarão, em Vitória, da CVRD
- Terminal de Minério de Ferro (TMF), Tubarão, em Vitória, da CVRD
- Terminal de Carvão de Praia Mole (TPM), Tubarão, em Vitória, da CVRD
- Terminal de Produtos Diversos (TPD), Tubarão, em Vitória, da CVRD
- Terminal Marítimo de Vila Velha (TVV), em Vila Velha, da CVRD
- Flexibras Tubos Flexíveis, em Vila Velha
- Hiper Export Terminais Retroportuários, em Santa Rita, Vila Velha
- Peiú - Sociedade de Propósito Específico (SPE), Cais de Paul, em Vila Velha
- Polimodal Transportes e Serviços Ltda, Santa Rita, em Vila Velha
- Terminal Marítimo de Ponta de Ubú, da Samarco Mineração, em Anchieta
- Terminal Marítimo Alfandegado de Praia Mole em Vitória
- Terminal Marítimo Especializado de Barra do Riacho, Portocel, em Aracruz

SE ATÉ O DIA 16 O TEMPO DE ESPERA NÃO FOR REDUZIDO, OS CAMINHONEIROS FARÃO NOVA PARALISAÇÃO

Confusão bloqueia entrada ao TVV

Caminhoneiros alegam que está havendo desrespeito à ordem de chegada dos caminhões

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redegazeta.com.br

Como vem ocorrendo com frequência, os caminhoneiros fecharam novamente a estrada de Capuaba, que liga a Avenida Carlos Lindenberg aos portos da Codesa, Terminal de Vila Velha (TVV) e Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV). A interrupção foi um protesto pelo desrespeito à ordem de chegada dos caminhões para descarregar no terminal da empresa Hiper Export.

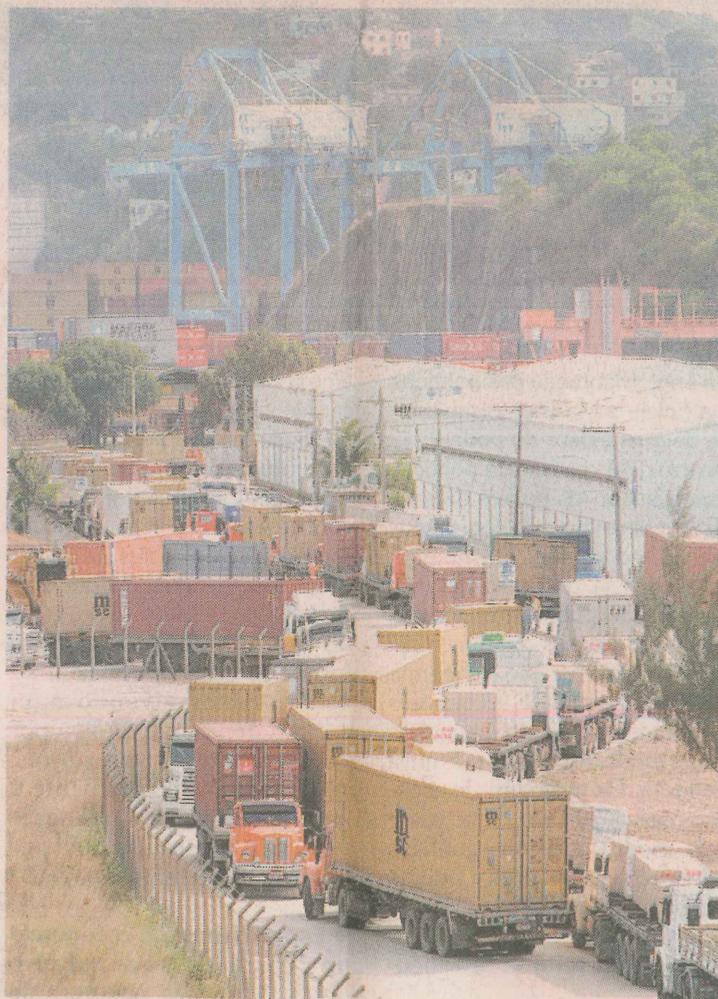
Fechada desde sexta-feira à noite, a estrada foi tomada pelos caminhões, cuja fila chegava à Rodovia Darly Santos às 14 horas de ontem, quando foi reaberta. Em reunião com representantes da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), TVV e os caminhoneiros, a reabertura da estrada foi acertada, com o compro-

misso de que o tempo de espera na fila – cinco horas, em média – seja reduzido.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 16 de junho. Até lá, se o tempo de espera não for reduzido, como querem os caminhoneiros, nova paralisação será feita.

O motivo que provocou a paralisação de ontem foi o atendimento privilegiado que estariam tendo os caminhoneiros com cargas para a Hiper Export. Segundo o caminhoneiro Marcos Antônio Oliveira, que participou da negociação, os veículos com destino à Hiper Export não respeitavam a fila normal.

Alguns caminhões estavam desde as 14 horas de sexta-feira na fila aguardando para descarregar em um dos terminais portuários de Vila Velha. Uma das propostas para solucionar o problema é a construção de um centro de triagem de cargas que permitiria garantir o encaminhamento dos caminhões conforme a chegada e o destino de cada carga. Enquanto isso não acontece, as interrupções da estrada de Capuaba devem continuar.



FILA. Devido ao fechamento da entrada, formou-se uma longa fila na estrada; só à tarde o acesso ao local foi liberado. FOTO: GABRIEL LORDÉLLO

IMPASSE TRABALHADORES E EMPRESAS NÃO SE ENTENDEM

Novos portuários avulsos protestam por falta de trabalho

DENISE ZANDONADI

Os trabalhadores portuários avulsos e os terminais e portos privados mantêm divergências sobre a necessidade de contratação de funcionários fixos. Os 440 novos portuários avulsos que entraram no mercado no início de abril, por exemplo, alegam que estão sem trabalho e, em alguns casos, enfrentam problemas financeiros em função da falta de atividade nos terminais e portos.

Para esclarecer a situação diante da população, eles organizaram uma manifestação, ontem pela manhã, em frente ao local em que buscam trabalho, na área do Porto de Vitória. Dos 440 avulsos contratados a partir de uma seleção pública realizada em novembro do ano passado, 134 ainda estão em treinamento e 306 já estão atuando.

Segundo Saulo Lazarino Dangelo, um dos organizadores da manifestação, 90% dos 306 avulsos têm curso superior e deixaram seus empre-

gos para atuar na área portuária como avulsos. “No meu caso, estou sem trabalhar desde o dia 10 de maio. Se dependesse somente deste trabalho, estaria em sérias dificuldades”, explicou.

A direção do Terminal de Praia Mole quer negociar com os avulsos a possibilidade de contratar mão-de-obra própria para suprir a falta dos avulsos. “Mas, queremos deixar claro, que nos novos contratados estão sem trabalho, enquanto que os dirigentes portuários privados alegam que falta trabalhador. Não dá para compreender”, alega Dangelo.

O Órgão Gestor de Mão-de-Obra (Ogmo), organismo criado para administrar os contratos de trabalho, afirma que não há o que fazer para mudar a situação. “Enquanto isso, nosso salário não chega a R\$ 500,00. A proposta era de um salário variando de R\$ 1,8 mil a R\$ 10 mil”, ressaltou Dangelo.